



CLASSE EM MOVIMENTO

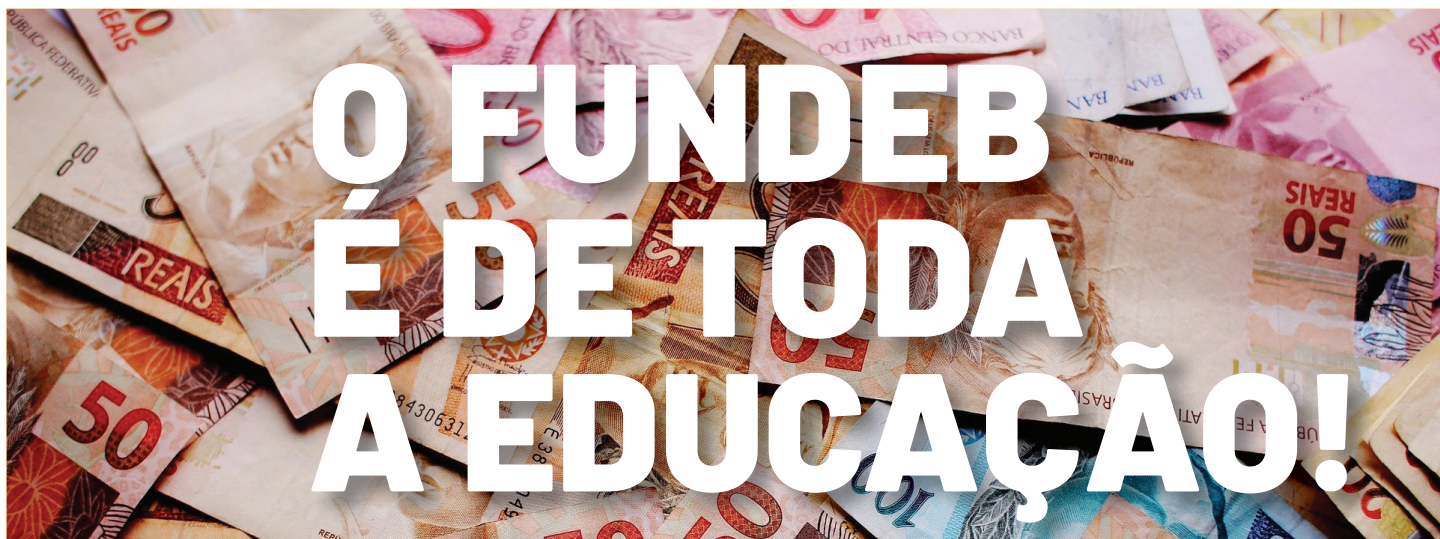
Boletim informativo oficial do Sepe Lagos
- EDIÇÃO REDES MUNICIPAIS

www.sepelagos.org.br

[f](#) [i](#) [t](#) /sepelagos

(22) 9 9878-0190

Edição n.º 2 • Novembro de 2021



O FUNDEB É DE TODA A EDUCAÇÃO!

Saiba por que os profissionais da educação devem lutar por um rateio justo do superávit deste fundo

1. O que é o Novo FUNDEB.

O Fundeb é a sigla do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. Em meados do ano passado, o Governo Bolsonaro/Mourão tentou de todas as formas possíveis impedir a aprovação da Emenda à Constituição n.º 108/2020, promulgada no ano passado na forma da Lei Federal nº 14.113/2020.

Por meio desta Lei, o Fundeb, que foi criado provisoriamente em 2007, passou a ser uma política de estado de caráter permanente. A votação dessa emenda foi adiada o máximo que puderam, mas o Governo terminou derrotado pela grande mobilização social que ocorreu por parte dos educadores, que pressionaram os parlamentares em todo o país com campanhas nas redes sociais e caravanas à Brasília.

A aprovação do novo Fundeb na Câmara Federal foi uma vitória acachapante sobre o Governo, por 492 votos favoráveis contra apenas 6 de-

putados bolsonaristas contrários. Esta importante medida impediu maiores cortes de verbas contra a Educação Pública, atrapalhando os planos originais de Bolsonaro, Mourão e do Ministro da Economia, Paulo Guedes.

2. O que mudou na organização do Fundo?

Os recursos do Fundeb veem, em parte, de uma cesta de impostos como o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp), o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD), o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), e o Imposto Territorial Rural (ITR, que os grandes produtores devem pagar aos municípios). O Governo Federal faz uma complementação a estes recursos. Com o novo Fundeb, a parti-

cipação do Governo aumentou: até o ano passado era de 10%. Em 2021 passou a ser de 12% e esse percentual crescerá gradativamente até atingir 23% em 2026.

Outra inovação foi que até 2020 o Governo repassava sua complementação aos recursos do Fundeb diretamente aos estados mais carentes, ignorando a existência de municípios vulneráveis localizados em estados que, no geral, têm “boas condições”. A partir deste ano, municípios pobres recebem 10,5% de repasse da União, mesmo quando situados em Estados não incluídos na lista dos que mais necessitam.

O novo Fundeb também foi instituído com mais transparência. A nova regulamentação tornou obrigatório que os bancos e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) divulguem as informações dos extratos das contas bancárias que recebem o recurso, facilitando o trabalho dos Conselhos de Controle do Fundeb.

3. Como é dividido o uso da verba do FUNDEB.

O novo Fundeb aumentou os valores destinados exclusivamente à educação infantil, ou seja, pré-escola e creche. E 70% do fundo precisa ser usado, obrigatoriamente, para o pagamento dos salários de todos os profissionais da educação, o que inclui os professores, os funcionários administrativos de modo geral e até psicólogos e profissionais de serviço social que atuam nas escolas.

4. O que pode e o que não pode ser devolvido?

De todo o montante que os municípios recebem do Fundeb, apenas 15% podem ser remanejados para o orçamento do ano seguinte. O restante, se não for totalmente aplicado na educação no mesmo ano em que foi disponibilizado pela União, precisa ser devolvido ao Governo Federal. Isso pode acarretar na redução dos recursos do Fundo para o ano posterior. Ou seja, se não usar tudo ao longo do ano, a verba para o ano seguinte diminui.

5. Como a pandemia afetou os trabalhadores da educação?

Em 2020 os profissionais da educação, como um todo, sofreram muito com a pandemia. Os professores tiveram que se desdobrar para garantir as atividades remotas, arcando com os custos de computadores e outros equipamentos eletrônicos, energia elétrica, conexão à internet, e tendo que trabalhar dobrado na produção das atividades e no acompanhamento dos alunos. O mesmo se passou, com especificidades, com os demais trabalhadores da educação. Agentes de secretaria também tiveram que enfrentar percalços para desempenharem suas funções de maneira remota e em pouco tempo, junto aos demais profissionais administrativos, como AGS, merendeiras, vigias, dentre outros, foram forçados a retornar ao trabalho presencial mesmo sem receberem a primeira dose da vacina, e sem nenhum tipo de garantia sanitária

nos seus locais de trabalho, como o fornecimento pelas prefeituras dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) eficazes para a prevenção de contágios. Muitos adoeceram, tanto pela pandemia como pela pressão psicológica que o momento tem imposto a todos nós. Alguns colegas lamentavelmente morreram.

6. Por que o Sepe Lagos convoca a categoria a lutar para que o rateio do superávit do Fundeb beneficie todos os trabalhadores?

Os recursos do Fundeb que “sobraram” deveriam ter sido aplicados na educação durante o ano corrente, para a valorização real para os servidores. Ele deveria ter sido usado para pagamentos de enquadramentos, concessão de reajuste e aumento real dos salários, triênios e promoções de nível atrasados, atualização sem injustiças dos PCCRs (Planos de Cargos, Carreiras e Remunerações), etc. Se os recursos do Fundo não foram aplicados durante a pandemia, isso é culpa da gestão ineficiente dos governos, que nunca colocam a educação pública como uma prioridade. Além disso, parte dessa “sobra” é fruto da “economia” perversa que fizeram com a demissão em massa de profissionais da educação em plena pandemia. E também, pagando valores diferenciados para contratados e efetivos, não reajustando salários, não respeitando os direitos dos servidores, não investindo na melhoria da infraestrutura das escolas mesmo em meio à crise sanitária. Logo, a sobra e a própria saída do rateio do recurso foi uma opção política das prefeituras, para se beneficiarem com a concessão deste dinheiro.

Mas o Sepe Lagos entende que, se há o rateio não planejado dos recursos, que ele seja justo e que nenhum trabalhador fique para trás! A política dos governos de não conceder a todos os trabalhadores das escolas o rateio dos recursos não utilizados do Fundeb é uma estratégia para nos dividir. Dessa forma, a prefeitura cria o mito de que existem trabalhadores

que “merecem” e outros que “não merecem” ser contemplados. Isso gera divisões entre a nossa categoria, que cada vez mais só se mobiliza por interesses de grupos específicos de trabalhadores, enfraquecendo sua capacidade de resistir aos ataques dos governos. Semeando essa divisão, os governos colocam trabalhadores docentes e não docentes numa posição que estimula a competição, a inveja, a falta de empatia com as dificuldades enfrentadas pelos colegas de trabalho dos distintos setores.

Além disso, é absolutamente injusto que os trabalhadores não docentes não sejam valorizados, pois eles foram os que correram mais riscos sanitários ao longo de toda a pandemia, pois foram os primeiros convocados para o trabalho presencial. O fato de o rateio do superávit do Fundeb estar sendo ofertado como uma “gratificação tecnológica” não é algo imutável, mas foi uma medida planejada para “justificar” essa exclusão de trabalhadores que não estão inseridos diretamente no trabalho pedagógico, apesar de existir um amplo debate sobre a importância destes profissionais no processo de aprendizagem das crianças e dos jovens.

A Lei Federal que instituiu o novo Fundeb é clara em determinar que o fundo deve ser utilizado para a valorização de todos os profissionais da educação. Portanto, a divisão imposta pelos governos é injustificável. Os recursos do Fundeb, além de existirem para garantir a valorização de todos os profissionais da educação, também são verbas carimbadas da educação. Ou seja, devem ser usadas obrigatoriamente e somente com a educação. Portanto, não são afetadas pela Lei 173/2020, que congelou gastos públicos durante a pandemia.

**Nenhum trabalhador da educação deve ficar para trás!
A nossa força só é grande quando lutamos com união!**